

# 7

---

## O programa de educação ambiental do estado da Bahia - (PEA-BA) como proposta de horizontalização das relações entre estado-sociedade civil

*Rubênia Pereira Magalhaes<sup>1</sup>  
Luiz Artur dos Santos Cestari<sup>2</sup>*

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) como portador de um discurso institucional oriundo das políticas governamentais e que regulam de certo modo as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos na constituição da proposta. Neste encontramos o modo permitido de se falar sobre o meio ambiente e com base nele pudemos avaliar como o conceito de educação ambiental está envolvido com as formas de expressão do discurso

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Ambientais pela UESB, CEP 45.700-000, Itapetinga-Bahia, Brasil. rubeniapereira@hotmail.com. Grupo de pesquisas sobre a circulação de ideias pedagógicas no pensamento pedagógico brasileiro recente- CIPED/UESB.

<sup>2</sup> Pós-Doutorado pela UFBA. Doutor em Educação pela UFPE. Docente do PPGCA/UESB. lacestari@hotmail.com. Epistemologia do educar e práticas pedagógicas -UFBA; Grupo de pesquisas sobre a circulação de ideias pedagógicas no pensamento pedagógico brasileiro recente- CIPED/UESB.

predominante assentado no seu valor político de reivindicação de uma democracia participativa, mas também as contradições inerentes ao processo de construção do documento expressa nas ações do governo para um maior controle dos discursos a serem expressos na proposta final.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Estado. Sociedade civil.

## Abstract

This work aims to analyze The Environmental Education Program of Bahia State (PEA-BA) as having an institutional speech that came from of the government policies and defines the subject's discursive practices that made part of the construction of that proposal. At the documents, it has found the way to talk about Environment and based on them evaluated the concept of Environmental Education as an expression of a predominant discourse that seek to a democracy more participative. However, it calls attention to contradictions that made part of this process, highlighting actions of the government to control discourse that was written at the final proposal.

**Keywords:** Environmental Education. State. Civil Society.

## 1. INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) com sua versão preliminar foi materializado em 2010, articulado numa reconfiguração territorial em Território de Identidade, no Estado da Bahia. A sociedade civil, junto com os representantes do governo do Estado da Bahia, criou o PEA-BA no período entre novembro de 2008 a abril de 2009. Esse Programa foi pensado e articulado conforme os desejos e anseios da sociedade, pois para a sua elaboração contou-se com mais de 5.000 pessoas em diversos encontros. Nessas reuniões, os participantes puderam conhecer e contribuir para o processo de sua construção.

O Programa foi pensado e elaborado levando em conta todos os aspectos que o Estado apresenta: a sua diversidade cultural, social, econômica e geográfica. Para atender a essa demanda, inicialmente, o

Programa foi organizado dentro dos seus 26 Territórios de Identidade, tendo como eixo estruturante a comunicação, a transversalização e a avaliação como meio de acompanhar o seu desenvolvimento e de aprimorá-lo.

O PEA-BA deixa explícito, dentro de seus objetivos, uma metodologia de trabalho não linear, por meio da qual articula e promove a troca de saberes entre os sujeitos e as ações que dizem respeito ao modo como as mudanças dentro da comunidade são discutidas e construídas. Dessa forma, o Programa considera que cada sujeito se sente valorizado por ser parte integrante do processo.

O Programa está respaldado numa proposta de trabalho para uma Educação Emancipadora, que tem como meta promover e desenvolver suas atividades, despertando no indivíduo a consciência ambiental para que ele consiga atuar no meio em que está inserido de maneira consciente.

O PEA-BA é um Programa que se apresenta com uma característica peculiar, pois foi constituído com a participação da sociedade civil e está assentado sob a lógica da democracia participativa. As propostas, ações e orientações do PEA-BA estão de acordo com a Política de Educação Ambiental da Bahia, assim como os princípios e diretrizes, cuja ênfase está nos conceitos básicos do Programa: comunicação, transversalização e avaliação nos 27 territórios de identidade.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar como se constituiu a proposta de educação ambiental no Estado da Bahia, tomando como base os eixos estruturantes do Programa, também, buscou mostrar como a discussão sobre educação ambiental está atrelada a meta política de horizontalização das relações de poder, que o PEA-BA escolheu pra dizer o que é educação ambiental. Assim, de acordo com a proposta do Programa, ao falar de educação ambiental passa necessariamente pela horizontalização das relações de poder, que permeia toda proposta do Programa por meio dos eixos estruturantes..

## 2. COMUNICAÇÃO

A comunicação é um dos eixos estruturantes do Programa e tem grande relevância na constituição do PEA-BA, pois entende sua importância e compreende que a comunicação é um direito de todos, assim, como diz o 14º princípio do Tratado de Educação, “a educação é um direito inalienável”.

Podemos resumir a relevância da comunicação dentro do PEA-BA, a partir do resumo de Chapski (2009), no encontro da Comissão Institucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia (CIEA-BA).

*1- “Comunicar a educação ambiental para toda a sociedade” - considerada uma linha de ação do ProNEA (2005) e é adotada como eixo transversal do Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA), em fase de elaboração.*

*2- “Comunicação como estratégia pedagógica, por meio da Educomunicação” - base do Programa de Educomunicação Socioambiental, criado pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. (PEA-BA, 2013, p. 87/88)*

O PEA-BA, a partir dessas duas vertentes, apresenta orientações para cada linha de ação, cujo objetivo pode ser resumido: Numa comunicação feita de modo bilateral entre os órgãos e entes responsáveis pela execução das políticas, ações e programas, visando uma educação ambiental qualificada e ampla para toda sociedade, propagando seus princípios, valores, sua importância e como promovê-la. Como forma de garantia do cumprimento dos objetivos da Política de Educação Ambiental Estadual em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, os veículos e meios de massa devem tratar da educação ambiental e das questões socioambientais. (PEA-BA, 2013)

Dessa forma, podemos compreender que a comunicação dentro da proposta do Programa tem como objetivo propor uma maior participação dos indivíduos na esfera social e, de maneira consciente.

*Um dos enfoques do PEA-BA é a comunicação da educação ambiental orientada para a participação nos processos de tomada de decisão e de transformação da realidade. Esse eixo estruturante do programa é entendido como um processo contínuo, aberto e dialógico que ultrapassa o sentido restrito de disseminação de informações sobre as questões socioambientais, que busca a interatividade entre quem emite e quem recebe a mensagem no processo comunicativo, incluindo os meios de comunicação de massa. (PEA-BA, 2013, p.86)*

A comunicação, de acordo com o PEA-BA, tem grande relevância, pois segundo o Programa é preciso que haja comunicação para formalizar a educação. Outro ponto relevante é que o sujeito que tem o conhecimento das questões sociais e ambientais terá condições de intervir e propor ações de melhorias para a comunidade, pois: “Não há comunicação plena sem consciência educativa, e nem educação plena sem instrumentalização comunicativa” (Programa de Educação Socioambiental, 2005 Apud PEA-BA, 2013, p.86)

### 3. TRANSVERSALIZAÇÃO

A abordagem da transversalização no Programa tem uma característica peculiar, pois, segundo o PEA-BA, a intenção maior não é criar um grupo de educação ambiental no Órgão do Governo do Estado, e sim buscar construir uma base formada, principalmente, com os cidadãos pertencentes dos vários espaços das esferas sociais: movimentos sociais, grupos religiosos, setor privado, escolas, comunidade local, entre outros.

Isso porque, uma educação ambiental, que tem como objetivo atuar localmente, é de fundamental importância que os principais envolvidos participem ativamente do processo de construção, além do mais, com a contribuição de vários atores sociais, o resultado é uma proposta rica e assentada dentro das possibilidades e capacidade de cada um.

*Essa é a grande tarefa para a transversalização deste Programa, construir um projeto de Estado com a participação popular que pautar realmente as políticas públicas e as tomadas de decisão. E que facilite o diálogo e a construção conjunta de políticas e ações no conjunto do governo, estadual e municipal (PEA-BA, 2013, p.93)*

Com o objetivo de atingir as metas e ter êxito no desenvolvimento do Programa, que tem uma característica peculiar, o Programa se destaca por ser resultado de uma construção conjunta, o PEA-BA, aponta algumas maneiras, onde a transversalização possa ocorrer de modo mais consolidado entre os diferentes espaços e segmentos sociais, pois as ações devem acontecer de forma processual, contínua e permanente em cada setor de forma específica. (PEA-BA, 2013)

- Transversalização da educação ambiental no segmento governamental;
- Transversalização da educação ambiental no segmento da sociedade civil organizada (ONGs, movimentos sócias, comunidade);
- Transversalização da educação ambiental no segmento da sociedade civil (empresas e trabalhadores);
- Transversalização da educação ambiental no setor educativo;
- Transversalização da educação ambiental envolvendo todos os segmentos;

Para cada segmento elencado acima, o PEA-BA aponta algumas orientações, cujo objetivo explícito pode ser resumido no incentivo à promoção de projetos e ações de educação ambiental por meio de parceria da comunidade, levando em consideração a realidade e a cultura local e, também, promover ações que visem à capacitação da sociedade civil para a participação da gestão pública. (PEA-BA, 2013)

*... a transversalização que se mostra aqui é aquela que traz, para toda e qualquer esfera de tomada de decisão, o cidadão. Isto só é possível quando esses cidadãos conseguem perceber que têm o direito de serem responsáveis e co-autores pela história de suas vidas, inclusive nas decisões políticas que afetam sua casa, seu bairro, seu trabalho, sua qualidade de vida, seu tempo de lazer. (PEA-BA, 2013, p.92)*

Outra questão relevante na constituição de uma educação pautada na transversalização é incentivar o diálogo entre as empresas e os governos (municipal, estadual e federal) e sociedade civil, visando parcerias e convênios para a implantação de projetos e ações conjuntas de educação ambiental. Com o intuito de trazer o cidadão civil à esfera política para que ele atue de forma consciente e responda as demandas de seu território. O Programa, tem como propósito: (PEA-BA, 2013)

*Qualificar essa participação é outra tarefa importante e, para isso, é necessário um esforço para que exista entendimento quanto à complexidade das relações que nos cercam, entendimento de que precisamos ir além das políticas setoriais específicas de determinadas áreas, como a política de governo para a área financeira, para a área habitacional, para a gestão urbana, para a cultura, para o saneamento, para a educação e outra para o meio ambiente. (PEA-BA, 2013, p.93)*

As formas de transversalização apontada pelo PEA-BA são várias e todas são bem definidas para cada segmento da sociedade,

porém em todas busca-se o envolvimento da sociedade civil e o incentivo à promoção da educação ambiental por meio de programas, ações e/ou projetos que envolvam os governos e as empresas.

#### 4. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma importante ferramenta de gestão e acompanhamento e, se bem usada possibilita ação-reflexão, permitindo que os sujeitos envolvidos possam intervir de maneira segura no processo. Pois, “...do lado dos gestores permite o controle e a aplicação dos gastos públicos, a reorientação de prioridades e a melhoria da qualidade da ação governamental e do lado da sociedade permite o controle social e a transparência”. (PEA-BA, 2013, p. 100).

A avaliação de um processo de aprendizagem sob a ação de um sujeito ou grupo é interessante, porque permite aos envolvidos um aprendizado significativo e constante, além de poder socializar suas experiências a partir de suas vivências.

No PEA-BA há diversos focos de avaliação, entretanto, o Programa dispõe de algumas orientações que contribuem para nortear o processo, sendo preciso:

- Definir o foco da avaliação;
- Definir as premissas que orientam a avaliação;
- Identificar atores envolvidos no processo e no projeto;
- Decidir sobre a destinação das informações;
- Orientar a periodicidade das avaliações;

De acordo com as orientações indicadas pelo Programa, a avaliação deve ser realizada tendo como referência o que se quer avaliar e, também, ter conhecimento sobre o que vai avaliar, pois uma avaliação equivocada pode comprometer o desenvolvimento do Programa, isso porque, pode-se avaliar sob a perspectiva da intera-



ção/envolvimento entre os sujeitos, a continuidade do Programa ou as ações desenvolvidas.

A avaliação dentro do Programa tem duas vertentes: envolver os sujeitos por meio da participação e de caráter educador. Outro ponto relevante é que os resultados extraídos dos processos de avaliação devem retornar para as pessoas envolvidas no Programa, para que elas possam refletir sobre os resultados. (PEA-BA, 2013)

*Essa concepção de avaliação como processo de aprendizagem sobre a prática, é a concepção adotada para o estabelecimento das diretrizes de avaliação de uma ação, projeto ou programa de educação ambiental, seja ele desenvolvido por um grupo, comunidade ou instituição. (PEA-BA, 2013, p.100)*

O processo de avaliação por meio da participação é um momento enriquecedor no desenvolvimento de um programa, porque permite aos envolvidos perceber as mudanças que ocorreram durante e após a implantação de uma proposta que busca orientar as ações de uma comunidade, pois:

*É por meio da prática ou do exercício de avaliação que se poderá rever constantemente o Programa, os avanços da educação ambiental no Estado e as dificuldades de sua implantação, permitindo que novos conhecimentos, conceitos e dinâmicas sejam a ele incorporados (SISNEA, 2007). Apud (PEA-BA, 2013, p.99)*

O PEA-BA por meio de seus eixos estruturante, comunicação, transversalização e avaliação, busca atuar em oito áreas temáticas de educação ambiental, a saber: Educação Ambiental no Ensino formal, Educação Ambiental no Ensino não formal, Educação Ambiental na Gestão das Águas, Educação Ambiental no Saneamento Ambiental, Educação Ambiental na Gestão das Unidades de Conservação,

Educação Ambiental na Gestão Municipal, Educação Ambiental para o Licenciamento e a Educomunicação Socioambiental.

Com intuito de valorizar os sujeitos e os envolverem no processo é que o Programa busca não interferir nos modos de vida, tomando como base o respeito e a diversidade dos territórios.

Em atendimento a diretriz de “descentralização espacial”, em que o sujeito pode participar da gestão de seu espaço com base nele mesmo, caracteriza a “territorialidade”. Que é uma diretriz do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2005). “A territorialidade traduz as múltiplas formas de manifestação da diversidade e da riqueza cultural dos territórios de identidade”. (PEA-BA, 2013, p.21)

Diante disso, o que nos interessou nessa proposta foi estudar as condições que permitiram a emergência de um discurso pelo qual a educação ambiental aparece associada a uma compreensão política da sociedade, tendo por objetivo, nos termos do Programa, o incentivo de uma democracia mais participativa, que pode ser observado na expressão das concepções expostas no texto, tais como comunicação, avaliação e transversalização nos Territórios de Identidade.

## 5. O PEA-BA COMO ANÚNCIO DE UM DISCURSO OFICIAL DA DESCENTRALIZAÇÃO DE PODER

Nesse sentido, o valor da democracia participativa de busca de uma relação de poder mais horizontalizada entre Estado e Sociedade é o discurso que permeia os contornos desse projeto e que é a base para definir a constituição de uma proposta educacional, ou seja, ao falar sobre “educação ambiental” percebemos a conjunção de conceitos em torno desse valor político, que são expressos ao longo do documento, como comunicação, avaliação, transversalização, Territórios de Identidade. Assim, é por meio dessas concepções que o discurso

ambientalista em favor de educação se expressa no documento oficial do PEA-BA.

O PEA-BA serve de base para orientar programas e projetos referentes à formação e desenvolvimento da educação ambiental. Esse documento se diferencia por afirmar ter sido construído de forma coletiva entre o Estado e a sociedade civil.

Para a constituição desse documento foram feitos inicialmente 26 seminários de consulta pública que somou contribuições à Minuta do Projeto Lei da Educação Ambiental do Estado da Bahia, cujos resultados foram discutidos em seis reuniões com os representantes de cada Núcleo Mobilizador, ou seja, Representantes territoriais, dos Territórios de Identidade (TI), os representantes e suplentes da CIEA-BA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia) que presidiu os seminários.

Em cada seminário, os representantes dos núcleos mobilizadores e a sociedade civil, dos TI, puderam conhecer a Minuta do Projeto Lei da Educação Ambiental e contribuir apontando as demandas e potencialidades de seu território. As contribuições advindas dos Seminários serviram para aprimorar o Projeto lei e paralelamente para a construção do PEA-BA.

Assim, diante de uma proposta de educação ambiental, como a discutida no PEA-BA, nos deparamos com alguns questionamentos que nos fez suscitar algumas inquietações.

Hoje, em pleno século XXI, temos os mesmos problemas, embora com efeitos diferenciados; podemos interrogar o passado, reconstituir acontecimentos, questionar os documentos, assim como seu efeito de verdade. O ato de buscar no silêncio dos documentos a sua voz calada é uma tarefa que nos remete a uma reflexão, porque um texto escrito é uma multiplicidade de discursos e descobrir essa verdade oculta, não é fácil, como formulou Foucault sobre os documentos.

*Mas para cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. (FOUCAULT, 2007, p.7)*

Tomando a citação acima como possibilidade de buscar no silêncio do documento o que está em suas margens, que não aparece no corpo do trabalho, embora a intenção do presente trabalho não seja interpretar o não dito, fazê-lo falar, o que propomos é compreender as condições que permitiram a construção do PEA-BA e como se deu a participação dos envolvidos na construção do documento.

Compreendemos que o contexto em que estamos inseridos está assentado sob a noção de reivindicação, participação, democracia, entre outros conceitos que dão aos sujeitos o direito ao envolvimento em ações que são referentes à esfera pública e isso tem resultados interessantes, porque os olhares se multiplicaram, embora as análises ainda se assentem sob determinado recorte social.

Assim como nossos pensamentos e conhecimentos, nossas teorias buscam multiplicar e compreender os diversos mecanismos que regem a noção de contínuo. As estruturas fixas tentam escrever a história vazia apagando os acontecimentos.

Então, fica um questionamento: como pode agora ser constituído um documento por uma estrutura governamental assentado numa democracia participativa? Convictos de que a história nova busca escrever de acordo com seus interesses

*Entre eles, podem se citar: a constituição de um corpus coerente e homogêneos de documentos (corpus abertos ou fechados, acabados ou indefinidos); o estabelecimento de um princípio de escolha (conforme se queira tratar exaustivamente a massa*

*documental, ou se pratique uma amostragem segundo métodos de levantamento estatístico, ou se tente determinar, antecipadamente, os elementos mais representativos); a definição do nível de análise e dos elementos que lhes são pertinentes (no material estudado, podem-se salientar as indicações numéricas; as referências explicitadas ou não – a acontecimentos, a instituições, a práticas; as palavras empregadas, com suas regras de uso e os campos semânticos por elas traçados, ou ainda, a estrutura formal das proposições e os tipos de encadeamentos que as unem) (FOUCAULT, 2007, p.12)*

A citação acima reforça nossa perspectiva de que o discurso que aparece em sua forma escrita já tinha sido formulado anteriormente, de acordo com o interesse dos envolvidos e, nesse caso, que se trata de um documento construído pela coletividade. Assim que questionamos seu valor de verdade, o PEA-BA perde sua evidência, porque não pode referir a si mesmo, uma vez que foi constituído a partir de um campo múltiplo de discursos. (FOUCAULT, 2007).

Sendo o discurso oral ou escrito, não pode ser definido como uma relação entre os objetos e as palavras, o discurso é um objeto que resulta de uma prática e, para compreender como se dá uma formação discursiva é preciso conhecer as condições que permitiram a sua emergência. Isso porque: “Quando se descreve a formação dos objetos de um discurso, tenta se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva e não se determina uma organização léxica nem as escansões de um campo semântico”. (FOUCAULT, 2007, p.54)

O Programa é um objeto da formação discursiva sobre meio ambiente e tem uma abordagem sobre educação ambiental, assentado numa política de valor participativo, cujo valor aparece diluído por meio de seus eixos estruturantes, que busca inserir os sujeitos nos processos de gestão de seus espaços.

A partir dos eixos estruturantes, a comunicação, a transversalização e a avaliação nos Territórios de Identidade que aparecem de

forma explícita, os valores de uma democracia participativa que é identificada nessa proposta formativa baseada numa educação ambiental transformadora e/ou emancipatória.

Assim, a proposta que o documento divulga é a de que os sujeitos envolvidos nesse processo tem direito à uma comunicação dialógica e bilateral com as instâncias governamentais, também tem direito ao acompanhamento e desenvolvimento dos processos por meio da avaliação; e a transversalização da educação ambiental deve acontecer entre todas as esferas da sociedade e com todos os atores sociais por meio da interação, socialização das experiências geradas nos referidos territórios. Além disso, o PEA-BA diz que possibilita a capacitação dos sujeitos que desejam participar e não tem conhecimento sobre as demandas da localidade, como podemos ver:

*Qualificar essa participação é outra tarefa importante e, para isso, é necessário um esforço para que exista entendimento quanto a complexidade das relações que nos cercam, entendimento de que precisamos ir além das políticas setoriais específicas de determinadas áreas, como política de governo para área financeira, para área habitacional, para a gestão urbana, para a cultura, para o saneamento, para a educação e outra para o meio ambiente. (PEA-BA, 2013, p.93)*

O PEA-BA é um programa que na sua materialidade se apresenta de forma completa. A versão impressa é bastante coerente para ser real. Quando iniciamos a leitura do documento, vemos respostas superficiais a todas as demandas dos territórios, no entanto, vale ressaltar que já estava previamente formulado. Os participantes não tinham a real dimensão do que estavam construindo, pois, como vimos anteriormente, os Seminários foram para apresentar a Minuta do Projeto Lei da Educação Ambiental à Consulta Pública. Durante o processo de apresentação, que buscava discutir educação ambiental,

aprimorar a Lei concomitantemente à construção do PEA-BA e às contribuições advindas dos participantes dos territórios, o Programa contou com ajuda de uma empresa externa.

Para sistematização das contribuições dos sujeitos envolvidos e dos territórios, esse processo contou com a empresa GAIA do Estado de São Paulo, contratada por meio de licitação. Não seria esse o motivo do Programa parecer perfeito? Construído fora da realidade e, por isso, esse esforço governamental para fazer dar certo, como bem aponta Foucault: “...essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – espécie de pressão e como que de um poder de coerção”. (2006, p.18)

Dessa forma, a empresa foi contratada para dar suporte a uma instituição, ou seja, aos representantes dos poderes públicos interessados na construção do Programa, assim, concluímos que o discurso do PEA-BA estava previamente articulado e, como os participantes dos territórios estão envolvidos nessa “construção” não perceberam qual é a vontade de verdade que rege a construção do Programa, como demonstra Foucault “...Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta”. (2006, p.14)

A participação da empresa GAIA pode ser a explicação para materialização de um Programa como este, que responde aos anseios de uma sociedade como a do Estado da Bahia que tem grandes diversidades econômicas, sociais, culturais, geográficas, entre outras. Outro fator relevante que se explica a partir da participação da referida empresa é o fato de um Programa, que busca difundir a educação ambiental por meio dos eixos estruturantes nos territórios de identidade, não abordar o aspecto identitário.

O Programa propõe disseminar a educação ambiental em suas oito áreas temáticas por meio de estratégias e ações focando os

conflitos ambientais. Não seria racional atuar por meio da questão identitária? Isso porque a proposta de educação ambiental que se anuncia no PEA-BA é a de uma educação emancipatória e/ou transformadora, que busca despertar no sujeito uma consciência política, cujo objetivo é de ser corresponsável pelo seu espaço, entretanto, em momento nenhuma essa discussão é ressaltada com relevância no documento. Mas não poderia ser diferente, pois como posso falar do que não conheço?

*...quem fala: Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é o titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2007, p.56)*

Sendo assim, não com intenção de fazer o documento falar, mas poderíamos questionar quem, no conjunto desse discurso, tem autorização para falar de identidade? Não seriam os atores sociais dos territórios? Entretanto, eles não têm autorização para falar e quem está autorizado a falar não tem conhecimento sobre as identidades dos territórios. Portanto, como discurso está sendo proferido por alguém que está apoiado numa instituição, que o reconhece e o legitima, o discurso dito pela empresa passa a ser o verdadeiro sobre os referidos territórios.

## 6. A FORMAÇÃO DO CONCEITO “EDUCAÇÃO AMBIENTAL” NO PEA-BA

Convicto de que o discurso não é uma mera definição gramatical, como compreender o momento da irrupção de um discurso?



Como se formou o discurso de educação ambiental? É preciso antes de tudo saber que os discursos só podem emergir a partir de uma formação discursiva. E para que haja essa formação é preciso definir os seus objetos e que exista uma regularidade entre eles, assim como, suas condições de emergência, além do mais, é necessário que os objetos já existentes possam possibilitar o aparecimento de outros sem que se excluam ou se modifiquem. (FOUCAULT, 2007)

Para compreendermos como se forma um discurso, ou uma formação discursiva, vejamos algumas considerações e observações apontadas por Foucault:

*As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições para que dele se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que se possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação. (2007, p.50)*

A partir dessa citação, compreendemos que não podemos falar de qualquer coisa em qualquer lugar, ou seja, devemos falar de coisas que as pessoas conheçam, ou seja, objetos existentes, pois o discurso não é formulado pelo sujeito e sim a partir de um conjunto de práticas e relações sociais que possibilitam a sua formação.

A formação do discurso da “educação ambiental” formou-se a partir de um conjunto de práticas. Essas práticas podem ser percebidas nas ações que caracterizam o cuidado ou a devastação para com o meio ambiente. Isso possibilitou as condições para que as pessoas falassem dessa prática e que criassem novos objetos sem que o excluísse ou modificasse. Podemos citar como exemplos de novos objetos do discurso da educação ambiental, a degradação ambiental, a consciência ambiental, o meio ambiente, a ecopedagogia, a ecoformação, a educação para sustentabilidade, entre outros.

Esse conjunto de ações provocadas pelo homem, que frequentemente são denominados de “problemas ambientais”, é simplesmente um conjunto de positivities que possibilitaram a emergência dessa formação discursiva que é a “Educação Ambiental”, esse discurso só tem valor de verdade porque estamos em um momento que proporciona o acolhimento desse discurso.

São as práticas sociais que possibilitam as condições de emergência de um determinado objeto de discurso numa teia de relações complexas que podem ser estabelecidas entre as instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, entre outras. Mas as relações que são estabelecidas não estão presentes no objeto e nem definem sua constituição, apenas o permite aparecer, justapor-se a outros e situar-se em relação a eles. (FOUCAULT, 2007)

As relações discursivas não são internas e também não são responsáveis pela ligação das palavras aos conceitos. Dessa forma, podemos compreender que uma relação discursiva pode se dar a partir de um discurso maior, no qual as pessoas podem falar porque há permissão para se falar, podem-se articular assuntos diversos, isso é possível porque “Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática”. (FOUCAULT, 2007, p.52)

Embora, desde 1970, a educação ambiental tenha sido amplamente discutida, tanto em ambientes formais quanto em ambientes informais, apesar do notório reconhecimento que tem tido, não temos visto uma definição unívoca do termo, sendo difundida mais como uma vertente da educação formal e não como um tema transversal, como propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais, ou seja, está sendo apenas um incremento da educação formal que, ao possibilitar o educando o desenvolvimento da leitura, da escrita, acrescenta-se a noção de conhecimentos ambientais.

Do modo como muitos profissionais estão trabalhando com a educação ambiental não está atendendo as necessidades, ou seja,

suprimindo as lacunas de uma educação significativa, porque está sempre associada a uma meta formativa, seja política, econômica, cultural ou social. Assim como consta na nossa Constituição Federal (1988), todo educando tem direito a educação ambiental a partir das séries iniciais e como tema transversal, no entanto, a maioria dos discentes, quando tem oportunidade de estudar, vê apenas uma noção e ainda atrelada à uma meta formativa.

Diante dos diversos trabalhos, teorias, conceitos e concepções que abordam a temática, temos visto se desenhar uma educação ambiental assentada na multiplicidade tanto de práticas quanto de interpretações do termo. Essa riqueza de definições pode estar associada ao contexto que vivemos, em que o conhecimento pode ser constituído de várias maneiras e em distintos lugares.

Para subsidiar as discussões e os fazeres pedagógicos é que o Ministério do Meio Ambiente publicou, em 2004, o resultado de um trabalho composto de estudiosos da área ambiental, intitulado “As identidades ambientais brasileiras”, com intuito de demonstrar a diversidade de nomenclaturas e significados que estão consolidados nos discursos ambientais e que são disseminados nos espaços escolares ou não, a partir de metodologias pedagógicas do campo educacional.

*Educação Ambiental portanto é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental.*  
(LAIRARGUES, 2004, p.7)

Assim, percebemos uma simetria entre o campo ambiental e o campo educacional, uma vez que, ao buscar disseminar os conhecimentos ambientais, os profissionais do referido campo se servem de práticas pedagógicas já consolidadas no campo educacional.

Para saber como a educação ambiental pode ser reconhecida e tida como verdade, ela passou por um jogo no campo das lutas de forças, pois se assim não fosse, como poderia um discurso emergir em detrimento a muitos outros que também poderia ter emergido? Por que não estaríamos agora discutindo sobre qualquer outro tema ao invés da educação ambiental?

## 7. O PEA-BA: PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE PODER NO ESTADO DA BAHIA

Produzir conhecimento sobre meio ambiente, ou qualquer outro tema em períodos anteriores no Brasil, não era suficiente para ter o direito de externá-lo, pois deve-se ter autoridade e condições para falar e essas condições se efetivaram no Brasil a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995/2002), que ao empreender algumas reformas no âmbito do Estado, como a estabilização da moeda a partir do Plano Real no referido período, obteve credibilidade e segurança para propor mudanças nas formas de gestão das políticas públicas, assim como, a privatização de empresas estatais.

Essas mudanças desencadeadas no modo de gerir as políticas públicas sociais tiveram como propósito a descentralização do governo, que passou a dividir as responsabilidades entre os municípios e estados, além do mais buscava maior participação da sociedade nas esferas políticas, delegando aos municípios maior envolvimento nas tomadas de decisão. Essa abertura da esfera política para a sociedade civil permaneceu durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva – Lula (2003/2010), cujo foco foi maior na promoção de políticas públicas de caráter Assistencialista<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Instituiu o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12/01/2004.

Tendo em vista essas propostas de política de governo, o Estado da Bahia passou a adotar este modo de gestão democrático e participativo nos seus 27 Territórios de Identidade (TI). A proposta que sustenta essa divisão tem como objetivo uma maior inserção dos cidadãos nas tomadas de decisão e gestão de seu espaço.

Assim como consta no documento oficial do PEA-BA, há um anúncio de um discurso com valor político assentado numa democracia horizontalizada do poder nas relações Estado/Sociedade civil em defesa de um discurso de Educação Ambiental nos 27 TI, sendo os sujeitos protagonistas de seu espaço, podendo interferir no processo de gestão.

Dessa forma, o PEA-BA tem um discurso com um valor político que busca a descentralização do poder, permitindo ao sujeito participar da gestão de seu espaço. E essa proposta só é possível porque temos um histórico que permitiu que essas ações tornassem reais. Santos (1999) explicou de forma contundente quando demonstrou a falha do projeto para modernidade, o qual foi assentado em dois pilares, regulação e emancipação, acreditando que haveria um equilíbrio entre ambos.

Entretanto, no curso da história houve um momento em que no pilar da regulação os princípios do mercado e do Estado mantiveram mais autonomia do que o princípio da comunidade, no entanto, com a emergência dos movimentos sociais e da crise da modernidade, o princípio da comunidade está tendo mais espaço e o PEA-BA é resultado desse contexto, que representa ganho para a sociedade

---

BRASIL. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Instituiu o Programa Nacional de Inclusões de Jovens – Projovem - Programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01/07/2005.

civil, ou seja, condições para o envolvimento do processo de gestão de seu espaço.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de novembro de 2008 a abril de 2009 foram realizados 26 Seminários de Consulta Pública da Minuta do Projeto Lei de Educação Ambiental, no Estado da Bahia. Durante esses encontros foi afirmado no documento que os participantes poderiam conhecer e contribuir para a proposta de Educação Ambiental do Estado, que tinha como pano de fundo a discussão sobre educação ambiental que, posteriormente, se materializou na Lei 12.056/11, além do mais, as contribuições advindas dos Seminários nos Territórios de Identidade, também serviram de base para a constituição do PEA-BA e para as Leis municipais relacionadas à temática.

O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) é um documento com um discurso inovador, pois afirma ter sido construído de forma coletiva entre a sociedade civil e o Estado. A base do PEA-BA tem como estrutura os eixos comunicação, transversalização e avaliação nos seus 27 territórios de identidade, os quais apresentam orientações, princípios e diretrizes que buscam garantir o seu desenvolvimento pautado na democracia participativa dos sujeitos envolvidos, possibilitando aos sujeitos atuar e gerir seu espaço de maneira consciente.

O PEA-BA é um programa que apresenta um discurso que traduz uma mudança de concepção por parte dos nossos governantes, isso porque, no contexto de ditadura militar, o discurso que era reconhecido e legitimado como discurso oficial era o discurso desenvolvimentista, ou seja, o discurso econômico sem a devida preocupação com o meio ambiente. Essa postura que caracterizava falta de cuidado

com o meio ambiente continuou nas administrações posteriores, o Brasil só começou a mudar de prática com relação ao meio ambiente a partir das mobilizações da sociedade civil.

A sociedade civil por meio de reivindicações esta tendo mais oportunidade de inserção nos espaço políticos, embora seja uma participação limitada, ou seja, uma democracia controlada, como exemplo disso: O PEA-BA, que afirma ter sido construído de forma coletiva, apresenta um discurso oficial em que anuncia uma horizontalização das relação entre o Estado- Sociedade civil, afirma que os envolvidos podem participar dos processos de tomadas de decisões com relação a gestão de seu espaço. Entretanto, durante o processo de apresentação da Minuta à Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental, que serviu de base para a constituição do PEA-BA, contratou uma empresa de outro Estado para sistematizar as contribuições dos envolvidos durante processo de construção do referido Programa.

Tomando como base a explicação de Santos (1999), entendemos que nesse contexto é o princípio da comunidade está tendo mais visibilidade, e isso não significa que o princípio do mercado estagnou, pelo contrário continua em constante desenvolvimento. Mas o que interessa apontar é que o Estado está tentando constituir uma relação com a comunidade assentada numa horizontalização das relações de poder.

Sendo assim, uma das possíveis compreensões que fazemos é que, com objetivo de se fazer presente, o Estado propõe a construção de um programa como o PEA-BA, que apresenta um discurso assentado na participação e envolvimento da sociedade civil, no entanto, as relações de poder que deveriam ser horizontalizadas continuam ainda verticalizadas. Isso é um resquícios das relações de poder que foram estabelecidas durante o período da ditadura militar, o Estado apresenta um discurso oficial no PEA-BA, assentado numa democracia participativa, no entanto, não possibilita condições para efetivação da proposta.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Identidades da educação ambiental brasileira. In (Re)Conhecendo a educação ambiental brasileira. PhillipePomierLayrargues, 2004. Brasília.

CESTARI, Luiz Artur dos Santos. O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia - (PEA-BA) como proposta de horizontalização das relações entre Estado-Sociedade civil. Pós-Doutorado pela UFBA. Doutor em Educação pela UFPE. Docente do PPGCA/UESB. lacestari@hotmail.com. Epistemologia do educar e práticas pedagógicas -UFBA; Grupo de pesquisas sobre a circulação de ideias pedagógicas no pensamento pedagógico brasileiro recente-CIPED/UESB.

CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia. Seminários de Consulta Pública da Minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental nos 26 Territórios de Identidade. Nov. 2008 / Abr. 2009.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber / tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. – 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. A ordem do discurso / aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14ª edição: novembro de 2006. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

MAGALHÃES, Rubênia Pereira. O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia - (PEA-BA) como proposta de horizontalização das relações entre Estado-Sociedade civil. Parte integrante da dissertação de mestrado defendida em 27/02/2015 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA)/ UESB e financiada pela Capes.



PEA-BA. Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia: PEA-BA / Secretaria de Meio Ambiente. - Salvador: EGBA, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade / Boaventura de Souza Santos. – 5. Ed - São Paulo: Cortez, 1999.